



CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA INSERÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: elementos para uma investigação

Willian Franco Felício
willianfrancof@gmail.com

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da rede privada de ensino em Goiânia/GO.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1357-7066>

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma discussão de âmbito teórico no que se refere à paisagem na ciência geográfica, a fim de compreendê-la como importante categoria analítica no campo das pesquisas sobre o ensino de geografia. A partir de referenciais teóricos como Santos (1997), Maximiliano (2004), Bertrand (2004), Brito e Ferreira (2011), Moreira (2015) e Gomes (2017) sobre a paisagem, buscamos apresentar uma contextualização sobre as definições desta categoria no construto didático da geografia escolar. Compreendemos a importância dessa categoria no processo da prática docente para o ensino de geografia, pois entendemos que ela aproxima o aluno do objeto estudado, buscando desenvolver nos estudantes a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem, Práticas docentes, Geografia escolar.

CONCEPTIONS ABOUT THE CONCEPT OF LANDSCAPE AND
ITS INSERT IN TEACHING GEOGRAPHY:
elements for an investigation

ABSTRACT

The present article aims to present a theoretical discussion regarding the landscape in geographic science in order to understand it as an important analytical category in the field of research on the teaching of geography. Based on theoretical references Santos (1997), Maximiliano (2004), Bertrand (2004), Brito e Ferreira (2011), Moreira (2015) e Gomes (2017) about the landscape, we seek to present a contextualization about the definitions of this category in the didactic construct of school geography. We understand the importance of this category in the process of teaching practice for the teaching of geography, as we understand that it brings students closer to the object studied, seeking to develop in students the ability to understand different landscapes, their elements, their history, their social, cultural and cultural practices its natural dynamics.

KEYWORDS

Landscape, Teaching practices, School geography.

Introdução

Nesse artigo busca-se entender as concepções sobre paisagem, considerada uma categoria de análise socioespacial, e sua inserção como uma importante ferramenta para o ensino de geografia, tendo em vista que promove a aproximação do aluno com o conteúdo, tornando significativo o processo de ensino-aprendizagem.

Para a Geografia, a primeira instância de análise é a paisagem, visto que a partir de sua observação e, conseqüentemente, investigação, pode-se iniciar os estudos sobre o espaço geográfico. Nessa perspectiva, alguns autores como Santos (1997) e Puntel (2006) apontam essa categoria de análise como um sistema espacial de significações, construídos com base na apropriação do espaço. A paisagem, portanto, não pode ser considerada enquanto objeto estático, pois é constituída por um conjunto de formas e arranjos espaciais em constante movimento.

As ações de observação da paisagem requerem os raciocínios da descrição e análise do espaço geográfico. Estes procedimentos fazem parte de processos do(e) (re)conhecimento do mundo e do desenvolvimento do ser humano, desde os primórdios de formação social, quando inicia seu contato com os lugares e suas formas, cores, sons, odores (SANTOS, 1997). Assim, é importante conceber que a paisagem, “[...] não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade

profunda” (Idem, p.35). É importante ressaltar que, quando se fala da interpretação da paisagem, temos como enfoque o desenvolvimento dos conceitos construídos pelos sujeitos formados com a ajuda do processo de ensino e aprendizagem, a partir da convivência no espaço e em suas relações com os indivíduos que ali habitam.

Entende-se que a paisagem no ensino de Geografia pode ser utilizada como um importante conceito para compor a abordagem dos conteúdos, uma vez que, a partir de sua análise, podemos aproximar o aluno do objeto estudado por meio da observação de suas formas, funções, processos e estruturas para o entendimento de sua dinâmica (SANTOS, 2014). Ainda com base na experiência docente, percebemos que em várias situações a aproximação entre os objetos estudados e o sujeito da aprendizagem não se completa na atividade realizada na escola, tendo em vista que se limita apenas a um aspecto da paisagem que, geralmente, é o da descrição. Nesse caso, é preciso considerar que, embora a descrição seja um aspecto importante para a análise espacial, ela não consegue abranger a complexidade dos fenômenos, tornando assim, uma visão reduzida que limita o desenvolvimento intelectual dos jovens escolares.

Segundo Puntel (2007, p. 290), “o educador tem o compromisso de fazer com que o educando perceba além do visível, com que ele consiga buscar explicações para aquilo que está além das aparências”. Essa ampliação do olhar do aluno deve ser pensada pelo professor em relação aos recursos metodológicos, de forma que a mediação entre os sujeitos e o objeto promova a formação de conceitos. Confirmando essa perspectiva, Cavalcanti (2004) entende que esse compromisso com a ampliação do olhar dos jovens escolares, por parte dos educadores, está ligado ao que ela chama de processo de alfabetização em relação ao espaço geográfico.

Portanto, partir da análise do espaço vivido é um recurso relevante pois, além de aproximar os alunos do conteúdo estudado, desperta neles o interesse em estudar seu bairro, se apropriar do local onde vivem e até orientar a construção de práticas cidadãs. Dessa maneira, conforme Cavalcanti (2004, p. 101) “caberia ao ensino de Geografia trazer a paisagem para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, o que quer dizer trazer a paisagem conceitualmente, como um instrumento que o ajude a compreender o mundo em que vive”.

A partir desses pressupostos teóricos e considerando sua relação com a prática docente cotidiana, indica-se que o processo de formação de conceitos inerentes à paisagem, no contexto da Educação Geográfica, apresenta-se como problemático, pois a consideração da paisagem enquanto importante elemento para a compreensão dos fenômenos socioespaciais é feita, comumente, de modo superficial e pouco

questionador. Essa situação tem se revelado como obstáculo ou fator limitador ao desenvolvimento intelectual dos alunos.

Ao pensar no contexto de uma análise que visa discutir a categoria paisagem pela análise da percepção dos sujeitos, compreendemos a importância da contextualização desta categoria ao longo da história do pensamento geográfico. As observações dos geógrafos exploradores Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, no século XIX, corresponderam a um olhar criterioso sobre o que, posteriormente, veio a se denominar de paisagem. Esse conceito, que ocupa um lugar de destaque na ciência geográfica, surgiu com as descrições do meio físico a partir das viagens desses naturalistas. Neste primeiro momento, a paisagem era concebida como um conjunto de formas que caracterizavam um determinado espaço da superfície, tendo como foco os aspectos físicos e humanos, como: vegetação, relevo e as características climáticas, constituindo assim, a visão como o elemento *a priori* para a análise da paisagem a partir de sua descrição.

[...] a noção de paisagem na Geografia nasceu sobre a observação de áreas visualmente homogêneas. Dentro da Geografia alemã (XVIII), até os anos de 1940, a paisagem englobava o conjunto de fatores naturais e humanos. Durante o século XIX, três estudiosos alemães se destacaram: Humboldt, Ritter e Ratzel. Sob o olhar do naturalista Humboldt, a paisagem era vista de forma holística, associada a um conjunto de fatores naturais e humanos (RISSO, 2008, p. 68)

Os trabalhos descritivos realizados por esses naturalistas foram de grande importância para o desenvolvimento das pesquisas sobre climatologia, pedologia, geomorfologia, fitogeografia e as demais áreas dos estudos naturais. Humboldt conseguiu reunir informações segundo um princípio de localização e, com isso, proporcionou uma aproximação dos sujeitos com o objeto de estudo.

A originalidade imensa do trabalho de Humboldt consistiu em uma nova forma de apresentar esses elementos em um conjunto, localizando-os, situando-os e fazendo de uma imagem o veículo que descreve e faz pensar, pelo cruzamento possível de informações situadas em um mesmo plano, sem apelar para uma "narrativa" anterior da qual a imagem seria apenas uma expressão (GOMES,2017.p.41).

Segundo Maximiliano (2004), o primeiro termo para designar paisagem no mundo ocidental foi a palavra alemã *landschaft*, que em português significa panorama. Tal palavra reforça a ideia de que, esse conceito que nasceu da observação do espaço geográfico e suas fisionomias, que compõe o campo visual. Dessa forma, as fisionomias espaciais constituem a base inicial para a definição do conceito paisagem, que são

comumente propagadas enquanto elementos estéticos e naturais.

Essa concepção de paisagem mais amplamente disseminada no senso comum pode ser confirmada ao se buscar seu significado em dicionários da Língua Portuguesa, como o que apresenta a seguinte definição: “Paisagem, s.f. Espaço de território que se abrange num lance de vista; pintura, desenho ou gravura que representa cenas campestres ou urbanas.” (BUENO, 2001, p. 411).

A paisagem como representação do campo visual é também ponto de partida para a análise e produção de conhecimentos de outras áreas do saber, como a ecologia e a arquitetura, pois estas partem da visibilidade das estruturas espaciais e sua dinâmica. A arquitetura, por exemplo, por ter uma forte relação com as artes, apresenta uma análise estética das paisagens para seus estudos.

Buscando explorar esse conceito Santos (2014) afirma que a paisagem é sempre heterogênea, apresentando formas naturais e artificiais, e que, para sua definição, devemos ir para além do campo visual.

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível. Aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores movimentos, odores, sons e etc. (SANTOS, 2014, p. 67)

Concordando com tal pensamento, Maximiliano (2004) aponta um forte pensamento entre os geógrafos de que a paisagem é resultante da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, não sendo apenas um fato natural, mas incluindo a existência humana. Em seus estudos, Bertrand (2004) indicava que a paisagem integra todos os elementos das ações humanas e naturais:

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

Nessa perspectiva, Brito e Ferreira (2011) afirmam que a complexidade do conceito de paisagem pode ser observada a partir do caráter polissêmico que essa categoria adquiriu entre as diversas correntes e abordagens geográficas ao longo do processo de formação da Geografia enquanto ciência.

Entende-se então, que a paisagem é a primeira instância da análise geográfica. De acordo com Moreira (2007), a paisagem é o ponto de partida e o ponto de chegada na produção da representação em Geografia, fato que torna indispensável que façamos uma

descrição das formas como um passo inicial para o estudo. No entanto, apenas a análise da fisionomia pela fisionomia pura e simples não atende aos complexos interesses e objetivos da ciência geográfica. Acredita-se assim, que sua relevância está na associação dos sujeitos com as fisionomias e estruturas, ou seja, na funcionalidade e, sobretudo, na apropriação dos espaços por cada grupo social.

Dessa forma, podemos apontar a percepção como um aspecto fundamental para a análise da paisagem, buscando entender que esse processo depende do olhar de quem observa, pois cada sujeito parte de um ponto de vista diferente, de acordo com as suas trajetórias, conhecimentos e experiências socioespaciais.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato (SANTOS, 2014, p. 68)

A partir dessas considerações, buscou-se entender a percepção da paisagem para além da identificação sensorial, ou seja, do que chega através dos nossos cinco sentidos, Compreende-se, assim, que o desenvolvimento de capacidades intelectuais contribui para uma percepção mais ampla da paisagem, pois envolve conceitos, pensamento teórico que certamente influencia na capacidade dessa percepção, e a vivência do sujeito que está se relacionando com ela, com sua subjetividade. Essas capacidades e essas experiências levam o sujeito a questionar os elementos observados, selecionando entre eles aqueles que ajudam na explicação de sua dinâmica, de seu movimento, de suas contradições.

[...] no universo subjetivo estão incluídos os sentimentos em relação às paisagens, ou seja, afetividades, vivências, experiências, valores, a cultura simbólica, as representações, identidades e territorialidades, que, segundo o tipo de experiência com a Natureza, ou percepção, reflete diferentes sentimentos e comportamentos em relação a ela. Para cada pessoa ou grupo a paisagem terá um significado, porque as pessoas atribuem valores e significados diferentes às suas paisagens, traduzidos em sentimentos de enraizamento ou desapego aos lugares (RISSO, 2008, p. 72-73).

Próximo a esse viés de entendimento Gomes (2013) afirma que há uma Geografia do olhar com regimes de visibilidade modulados pela espacialidade, já que o que vemos e como vemos, depende de onde vemos. O autor afirma ainda que, essa geografia, informa sobre o que deve ou não ser visto naquele lugar, ela informa sobre o estatuto e a compreensão possível para as coisas que ali se apresentam, sua importância e seu sentido (GOMES, 2013, p. 53).

A partir da percepção da paisagem pode-se entender as relações sociais no espaço, a formação e a atuação de uma determinada população em um território. A paisagem não se limita apenas ao material, também carrega a imaterialidade dos significados a ela empregados pelos sujeitos do espaço. “Por isso, ler a transformação do espaço mediante a interpretação da paisagem, nos apresenta as possibilidades de ver a participação ativa do lugar e do espaço frente às mudanças históricas sociais e culturais” (CHAVEIRO, 2007, p. 51).

Sobre as transformações espaciais, o geógrafo norte-americano Carl Sauer afirma:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição (SAUER, 1998, p.42)

Esse processo de arranjo e rearranjo da paisagem vai além das mudanças estruturais verificadas no plano do visível, pois mostra também o acelerado processo de desenvolvimento tecnológico e social que interfere diretamente na forma como se vive em sociedade e como o indivíduo observa e se apropria da natureza. A paisagem, neste sentido, antes considerada objeto de contemplação estático, passa a representar, no momento atual, um conjunto de formas espaciais em constante metamorfose, dinâmica pura.

Sobre esse contínuo processo de transformação das paisagens Santos (2004) afirma que a paisagem é um acúmulo de tempos acompanhando o desenvolvimento tecnológico e social de cada sociedade, essa que promove esse arranjo e rearranjo de forma a se adaptar às suas novas necessidades sociais. A paisagem como uma dimensão do espaço é composta de fixos e fluxos (SANTOS, 2014). Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados (SANTOS, 2014, p.54).

Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas; a paisagem atende a funções sociais diferentes, por isso ela é sempre heterogênea; uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos momentos; ela não é dada para sempre, é objeto de mudança, é resultado de adições e subtrações sucessivas, é uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas; ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis, a paisagem é um palimpsesto, um mosaico (CAVALCANTI, 2004, p. 99).

Com essa concepção de paisagem, em uma breve circulação por uma cidade, pode-se destacar seus elementos naturais e culturais, sua dinâmica, seu movimento, a

partir da observação das formas espaciais. Vale apontar que entende-se como elementos naturais os elementos bióticos que estão presentes no espaço, como: vegetação, relevo, corpos d'água e animais, mesmo sabendo que quando se fala do espaço urbano todos esses elementos foram pensados e executados a partir das ações antrópicas que são responsáveis pela construção do que aqui chamamos de elementos culturais, ou seja, tudo que é pensado e produzido pelos sujeitos.

Quando se observa um parque urbano, por exemplo, os primeiros elementos que se destacam são os naturais, como as formas do relevo, as plantas que ornamentam seu interior, os lagos e os animais que ali vivem. Ainda nesse percurso de observação da paisagem urbana, identificam-se as construções que, por sua vez, revelam o trabalho dos sujeitos a partir dos prédios, casas, shoppings, ruas, assim como suas ornamentações e cores que têm como objetivo melhorar a estética da paisagem.

De acordo com Moreira (2007), a paisagem criada se distancia da paisagem natural numa extensão que é proporcional ao nível da técnica usada na ação. Nesse sentido, pode-se destacar que os diferentes estágios de evolução das sociedades são elementos fundamentais para se entender o processo de construção das paisagens e suas diferentes funcionalidades.

A heterogeneidade da paisagem é reflexo da ocupação do espaço por sujeitos que possuem trajetórias e objetivos diversos, mas que ocupam um mesmo espaço, dando a ele significados diferentes e construindo assim uma realidade heterogênea. Segundo Santos, "as mudanças da paisagem podem ser estruturais ou funcionais" (2014, p.76). Com base nessa ideia, busca-se entender primeiramente os conceitos de estrutura e funcionalidade. Estrutura está ligada à forma da paisagem, ou seja, ao que é físico. Já a funcionalidade está relacionada à utilização dos espaços.

As mudanças estruturais podem ser observadas no cotidiano e resultam do nível de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade, que, por sua vez, resultam de formas singulares, produzindo, assim, diferentes espacialidades.

Em um breve passeio pelo bairro onde se passou a infância, por exemplo, e se deparar com prédios, padarias e supermercados que foram construídos nos lugares antes ocupados por casas, pode-se observar que as mudanças estruturais ocorreram de maneira a atender às demandas da sociedade, que talvez eram outras no passado, ou até mesmo inviáveis, devido à falta de condições técnicas e econômicas para a instalação dessas estruturas.

Já, as mudanças funcionais, são expressas na forma como esses espaços foram sendo utilizados e, ao longo do tempo, pela dinâmica social, essas utilizações foram se

modificando. Trata-se de um processo constante que pode ocorrer com o passar dos anos mas também em variações de tempo em uma mesma época, por exemplo, a rua em momentos distintos apresenta funcionalidades diferentes: em horário comercial funciona como área de circulação de veículos, mas cede espaço ao comércio no período da noite com a instalação de feiras livres e aos finais de semana pode ser local de práticas de esportivas e de lazer, agregando atividades comerciais informais.

Historicamente as velhas formas na paisagem são alteradas a partir das mudanças estruturais com o objetivo de se adequarem às suas novas funcionalidades. Nesse sentido, Santos (2014) afirma que as formas envelhecem por inadequação física, pelo desgaste dos materiais, já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização das formas por outras mais modernas.

A partir de uma análise da paisagem pode-se, por exemplo, entender as contradições sociais existentes no espaço geográfico. Ao observar uma cidade, observa-se as diferenças entre os bairros periféricos e centrais, tendo como referência o poder de consumo de seus moradores, que podem ser destacados nas edificações e nos seguimentos comerciais que se apresentam nestas localidades. A partir da análise da paisagem, entendemos seu poder de anunciar e denunciar as questões referentes ao espaço, que são importantes para o entendimento socioespacial dos lugares e suas sociedades.

Segundo Chaveiro (2007, p. 51), “as formas são uma das maneiras de se perceber a empirização dos tempos históricos, desiguais, acumulados, resistentes ou adaptados às inovações e às mudanças logradas em cada período.” Partindo desta perspectiva, paisagem é um importante recurso de análise socioespacial devido à complexidade e abrangência de seu conceito, que engloba os elementos físicos e suas interações com o social.

Ao considerar o espaço urbano, a paisagem revela os problemas estruturais de uma cidade, assim como pode esconder os problemas sociais que estão por trás das construções luxuosas que, atualmente, migram para as bordas das cidades. Logo, deve-se esclarecer que o sentido de periferia que a se refere é com base no poder de compra, não no sentido de localidade, pois quando se fala de periferia do ponto de vista das “bordas” das cidades deparamo-nos com condomínios luxuosos que fogem do trânsito e do barulho do centro.

Um olhar atento sobre a paisagem urbana pode revelar aspectos da segregação socioespacial e a concentração de renda, como se pode observar a partir das condições estruturais das construções que constituem os bairros populares, e os prédios e mansões

que compõem o cenário das áreas gentrificadas das cidades.

É importante reforçar que a percepção da paisagem não se dá de forma homogênea por parte dos sujeitos, pois o contexto social, cultural e, sobretudo, as condições de acesso à informação e formação intelectual não ocorrem de maneira uniforme. O olhar de cada sujeito sobre a paisagem é singular e suas concepções são particulares que podem se tornar coletivas quando compartilhadas com seus pares. Ajudar os alunos a desenvolver um certo olhar sobre a paisagem é um papel importante da Geografia na escola.

Pode-se levantar questões sobre o olhar dos sujeitos, tendo como referência o trabalho de Gomes (2013), que faz uma diferenciação entre *olhar* e o *ver*, apontando a complexidade da análise a partir da paisagem.

A diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, contrói um campo visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar (GOMES, 2013, p.32).

Desse modo, entendemos que o *olhar* é o primeiro contato e, portanto, uma visão geral do campo visual, que se dá a partir de um ponto de vista, ou seja, de uma posição espacial. Já a ação de *ver* consiste em análise parcial do que foi captado pelo olhar, portanto, trata-se de uma ampliação e aprofundamento da análise da paisagem observada.

A paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação. A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionada por filtros fisiológicos, psicológicos socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente. A paisagem só existe a partir do indivíduo que organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processo, num jogo de mosaicos [...] Assim a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos) desse mosaico construído. A paisagem evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos. Esses signos assumem amplo espectro de propriedades e escalas numa grade semântica própria (GOMES, 2001, p. 56-57).

Nessa lógica, aproxima-se da análise do geógrafo francês Jean-Marc Besse, que pondera que a paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é então que há de se ler a paisagem (BESSE, 2006, p. 64).

Portanto, mais do que simplesmente olhar a paisagem é importante buscar

desenvolver uma capacidade para analisá-la em seu contínuo processo de arranjo e rearranjo. Essa capacidade está relacionada a possibilidade de localizar, descrever a paisagem mas também interpretá-la, considerando o processo social que está nela impresso, o que revela as diferenças sociais e culturais das sociedades que a constroem de acordo com suas culturas e níveis técnicos e tecnológicos específicos.

O exercício de pensar a paisagem também como parte da produção social proporciona um salto qualitativo para as abordagens geográficas, ao permitir refletir sobre as contradições dos processos que dão forma e sentido a esse conjunto indissociável de elementos naturais e culturais. A paisagem como marca histórica da relação do homem com a natureza assume condição potencial de explicação da realidade cotidiana, permitindo a fundamentação da noção de espaço geográfico.

Assim, entende-se que a paisagem se apresenta como uma importante categoria de análise da Geografia, pois a partir dela podemos estudar o espaço e as relações sociais nele constituídas, partindo da descrição que se funda como aspectos objetivos da paisagem, até a interpretação que se dá a partir das subjetividades. Portanto, entende-se essa categoria como um importante recurso para pensar e discutir o espaço, assim como uma relevante ferramenta intelectual para a formação de conceitos significativos na vida em sociedade, o que pode ser feito no processo de formação escolar. A leitura da paisagem permite desenvolver uma série de capacidades, como a observação, o registro, a análise, a comparação, a interpretação e a representação, que promove uma ampliação do olhar espacial dos sujeitos.

A paisagem se apresenta como um recurso de destaque para a análise geográfica e o desenvolvimento do seu conceito a partir da Geografia escolar é fundamental para o desenvolvimento dos alunos pois pode se apresentar como uma ferramenta intelectual capaz de ampliar o olhar dos sujeitos sobre o espaço vivido.

Paisagem geográfica e a geografia escolar

Ao pensar no contexto de uma investigação que visa discutir a construção teórico conceitual de paisagem, na percepção de professores e alunos, compreende-se a importância da contextualização desta categoria ao longo da história do pensamento geográfico, e como a concepção clássica da paisagem como estética visual assegura práticas docentes e compreensões superficiais na Geografia escolar.

Segundo Cavalcanti (2004), as representações sociais que os professores têm dos

conceitos estruturantes da Geografia incidem em suas práticas pedagógicas em sala de aula. As representações sociais, conceito apresentado por Moscovici (1994), correspondem a sistemas de concepções, imagens e valores com significado cultural que moldam as definições sobre grupos sociais e fatos. Para a compreensão da categoria paisagem, entendemos que professores e alunos lançam mão de um arcabouço imaginário para defini-la e entendê-la. Concepções dominantes imbricadas de relações de poder são fortalecidas mediante a configuração de representações sociais, criadas e reproduzidas por sujeitos sociais.

A paisagem, devido ao seu carácter polissêmico, tem uma conceituação de complexa compreensão, tanto por parte dos alunos como pelos próprios professores. Como já escrito, a paisagem tem sua origem nas descrições realizadas a partir das viagens dos naturalistas, o que levou a uma concepção da paisagem como tudo aquilo que a vista pode abarcar. Tal visão não é errada, pois como uma primeira instância de análise, é importante a descrição e a delimitação espacial para a realização das observações. No entanto, o pensamento direcionado apenas ao campo visual torna-se insatisfatório e reducionista, visto que a paisagem tem muito mais para dizer, pois é também carregada de subjetividades.

Assim, são comuns as definições de paisagem tomando como referência o visual, ou conceituações de senso comum como: aquilo que vemos, o cenário da cidade e as formas naturais do espaço. O fato de ligar a paisagem apenas ao visual deve despertar uma outra preocupação que está relacionada à segregação de parte da sociedade, que apresenta limitação visual, seja ela parcial ou total, excluindo-a da capacidade de entendê-la a partir de sua percepção.

Outro aspecto muito recorrente na análise espacial dentro da Geografia escolar é a relação entre o conceito de paisagem e a questão estética. Essa relação leva o aluno a pensar a paisagem como aquilo que é belo, ou até mesmo associando a ideia de beleza natural como as representadas em um quadro. Certa vez, ao ajudar uma criança em suas tarefas escolares de Geografia, referente ao conteúdo do 2º ano do ensino fundamental I, me deparei com o seguinte comando na atividade: desenhe no quadro abaixo uma paisagem. A criança rapidamente pegou seu lápis de cor verde e começou a desenhar uma árvore, eu a indaguei: porque você não desenha um morador de rua pedindo esmola? E ela fazendo uma cara indignada típica dos 8 anos de idade me respondeu: a professora pediu uma paisagem, e logo me perguntou em seguida, você não sabe o que é uma paisagem? Mesmo com medo da resposta que estava por vir pedi para ela me explicar o que seria. Ela então de uma forma bem professoral, típica das crianças dessa

idade que amam seus professores e sempre que podem as imitam, começou a me explicar: paisagem é uma natureza bonita, flores, árvores, pássaros, é um espaço cheio de coisas bonitas e coloridas.

Após essa explicação pude perceber que o livro didático, mesmo não trazendo o conceito como ela me apresentou, em nenhum momento ampliou o debate da paisagem para além do visível e do belo. Percebi também que o discurso dela refletia a fala da professora, pois utilizou expressões que não faziam parte do seu vocabulário ainda em formação. Nesse dia, me vi em uma situação bastante difícil e comecei a me indagar: como mostrar para ela que paisagem vai além do que é belo? Como ampliar o conceito para além do visível? Como desconstruir elementos ensinados como conceito? Enfim, para essas perguntas eu ainda não tenho respostas mas sim caminhos que podem ajudar a construí-las, e todos eles apontam para a importância da escola, da escolha do material didático e para a formação de professores.

Nesse sentido, Cavalcanti (2008) considera importante refletir sobre as diferentes percepções da paisagem levando em consideração a formação dos professores das séries iniciais que, nesse caso, muitos estabelecem uma relação entre paisagem e o belo para a formação do conceito, a autora faz a seguinte afirmação:

Não deixa de ser verdade que paisagem 'deve' ser o belo, pois ela é a forma, é o que se vê, e é bom que o que se vê seja bonito. O problema é que nem sempre é o que ocorre na realidade. Vê-se muita coisa 'feia' também (CAVALCANTI, 2008, p. 73).

Assim entende-se que na escola, por meio da Geografia, pode-se ajudar os alunos a produzirem novas representações sobre paisagem, aproximando sua vivência cotidiana e o que se tem produzido no campo da ciência de referência. Para que ela possa realizar essa tarefa, é importante que formule um projeto pedagógico que contemple essa finalidade, que propicie oportunidade para os alunos desenvolverem sua capacidade de pensar e de perceber a paisagem, por exemplo, por meio dos conteúdos veiculados nas disciplinas. Se não há veiculação e conseqüente domínio de conteúdo sistematizado por parte dos alunos, a escola pode ser ambiente facilitador da disseminação de preconceitos e conceitos equivocados sem fundamentação teórico-metodológica.

Portanto, "a representação social é uma das perspectivas de entendimento da elaboração e veiculação de conceitos e imagens da realidade" (CAVALCANTI, 2008, p. 33). Há também uma deficiência na formação sobre os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural, o que aponta para uma deficiente, ou até mesmo inexistente, ligação

entre conhecimentos teóricos que compõem a epistemologia da ciência geográfica e os conteúdos escolares proporcionados para a análise geográficas.

O ensino de Geografia vem passando por significativas modificações em suas orientações teóricas e metodológicas. Porém, é preciso destacar que entre essas modificações, estão mais articuladas com os avanços técnicos e produtivos da sociedade, o que pode ser evidenciado principalmente nos materiais didáticos que, atualmente, estão carregados de novas tecnologias e interatividade a partir das plataformas virtuais e aplicativos de *gamificação* que tornam as atividades mais atrativas aos educandos.

O trabalho do professor não escapa a essas mudanças. O sistema de apostilas escolhidas atualmente por muitas escolas, sobretudo as privadas, engessam esse trabalho e faz com que ele não seja tão efetivo no cotidiano da sala de aula de modo a cumprir as finalidades da escola referentes ao desenvolvimento intelectual dos estudantes, conforme está sendo defendido nesse trabalho. Essas mudanças no cotidiano das aulas muitas vezes tem ficado restritas a esses aspectos mais relacionados a inovações do ponto de vista de recursos técnicos e a metodologias de ensino. A superação dessa limitação, alcançando alterações mais substanciais na escola, alterando de fato sua qualidade do ponto de vista de desenvolver práticas de ensino mais potencializadoras do desenvolvimento das capacidades dos alunos, é fundamental que os professores estejam atentos, que consigam momentos de reflexão individual e coletiva, que realizem seu processo de formação continuamente.

Cavalcanti (2008) aponta para a importância de uma maior aproximação entre as instituições escolares e as universidades, com o objetivo de que a partir de um trabalho colaborativo, seja proporcionada uma melhor formação dos professores com ações coletivas e contínuas.

A escola deve estar aberta para o conhecimento novo, para a atualização do conhecimento científico do professor. Aqui se destacam as possibilidades de se fazer intercâmbio com a Universidade e instituições científicas de diversos modos, visando ao acesso ao conhecimento ali produzidos, tendo, contudo, como referência o princípio de indissociabilidade entre teoria e prática. (CAVALCANTI, 2008, p. 93)

Voltando a especificar o tema da paisagem nesse cotidiano escolar, menciona-se que, ao considerar as opiniões de estudantes sobre o conceito de paisagem, Cavalcanti (2008) constatou que a ideia de paisagem é estereotipada, idealizada a partir de imagens de naturezas naturais e bucólicas, como se estivesse em quadros na parede, sem nenhum dinamismo. Ciente dos limites dessas concepções de paisagem para realizar a análise

geográfica orientadora de práticas cidadãs, defende-se neste trabalho que a Geografia escolar possa cumprir suas finalidades de cumprir com o desenvolvimento dos alunos trabalhando com conceitos presentes no cotidiano dos alunos, relacionando conceitos e imagens formados por eles.

O entendimento é o de que o trabalho encaminhado dessa forma tem mais chances de interferir na maneira como eles apreendem o conhecimento científico, ou seja, a ciência geográfica. A construção do conceito paisagem no ensino da Geografia é um importante caminho para o fortalecimento da relação com o lugar vivenciado pelo estudante que, por sua vez, deve refletir sobre as dimensões e contradições que o constroem e reconstroem constantemente.

A paisagem pode ser considerada um recurso para o ensino e aprendizagem da Geografia escolar. Ao desenvolver nos estudantes a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, é possível ressignificá-las. Ao assim proceder, percebe-se o poder analítico desse conceito, colocando-o como estruturante do pensamento geográfico, juntamente com outros conceitos. Nesse sentido, é pertinente a observação de Corrêa e Rosendahl (1998, p. 8): “este conceito foi relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar”. Segundo Puntel (2007), é a paisagem que revela a relação entre o social, o cultural, o intelectual, o patrimonial e o cívico, e são essas relações que motivam e justificam a presença do ensino de geografia, sobretudo, da categoria paisagem nas escolas.

Para Cavalcanti (2008), o papel do ensino de geografia na escola é compreender a realidade numa dimensão espacial a partir de seu arcabouço teórico-metodológico. Este, por sua vez, propicia o desenvolvimento de raciocínios na construção de um pensamento geográfico e não somente um pensamento espacial (CAVALCANTI, 2017).

A autora ainda destaca o papel do professor como mediador da relação entre o aluno e o conteúdo por meio de sua prática docente ao afirmar:

A tarefa do professor é, assim, ajudar os alunos a desenvolverem um olhar geográfico, aprendendo a construir explicações para a realidade vista empiricamente, vivida cotidianamente por eles, como sendo uma realidade como dimensão espacial, e, com isso, muni-los de instrumentos simbólicos para sua relação (mediada) com essa mesma realidade. E, como tal característica, os conceitos geográficos, que perpassam os conteúdos escolares das aulas de Geografia, são instrumentos simbólicos fundamentais para mediar essa relação (CAVALCANTI, 2017, p. 108).

Compreende-se, assim, que o desenvolvimento de um pensamento geográfico é o

ponto de partida para uma formação crítica e cidadã na escola e a Geografia escolar, essa, por sua vez, apresenta objetivos de aprendizagem que relacionam os conhecimentos científicos com o conhecimento cotidiano dos alunos, a fim de possibilitar a formação de conceitos para a compreensão das espacialidades. Esta compreensão é a propulsora de uma prática espacial comprometida com a justiça social e com a análise e compreensão dos fundamentos dos problemas sociais que atingem os diversos grupos e sujeitos sociais.

Desse modo, o estudo da paisagem na Geografia escolar é importante para a apreensão de uma leitura de mundo e o entendimento sobre a complexidade da realidade. Um dos objetivos estabelecidos na prática docente ao ensinar o conceito de paisagem é possibilitar ao estudante o reconhecimento do lugar, conseguindo identificar as diferentes paisagens e entendendo que elas são naturais, humanas, históricas e sociais (PUNTEL, 2007).

Entende-se que tão importante quanto ensinar o conceito de paisagem é ensinar Geografia a partir da paisagem. Essa aproximação do aluno com o objeto de estudo tem se mostrado como uma prática que favorece a formação de conhecimento, pois torna a relação mais significativa e, portanto, mais interessante ao jovem escolar. Um dos grandes desafios da educação contemporânea está em conquistar a atenção e o interesse do aluno, já que atualmente os jovens estão inseridos em uma sociedade conhecida como “sociedade da informação”, sendo bombardeado por imagens, vídeos e textos de visualização rápida que atende a respostas simplificadas. Para conseguir atrair o interesse dos alunos para as atividades de estudo, é necessário que o professor, em seu planejamento, busque essa aproximação com o cotidiano experimentado pelos sujeitos, para que eles, por sua vez, se sintam parte do processo de aprendizagem e que seja significativo para o processo de formação cidadã.

Nessa perspectiva, Castellar (2013) afirma que os conteúdos devem ser trabalhados de forma que o aluno perceba a relação desses conhecimentos com seu cotidiano e que se perceba no processo de aprendizagem explicando ainda que:

Para ocorrer aprendizagem, é importante que se construa em sala de aula uma relação estimuladora da crítica, mediada por outros saberes anteriormente construídos; que nas discussões sejam incorporadas as representações que os alunos têm da realidade na qual vivem; e que seja possível colocar em jogo as várias concepções dos objetos em estudo, oferecendo explicações coerentes e mais profundas sobre os objetos e fenômenos (CASTELLAR, 2013, p. 182).

A preocupação com a construção de um pensamento geográfico que considere o conhecimento cotidiano dos alunos deve ser um elemento constante na prática docente,

e, no que se refere à formação do conceito de paisagem, é necessário apresentá-la como algo vivo, construído pela sociedade, e não algo formal e estático. Assim, caberia ao ensino “trazer a paisagem para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, o que quer dizer trazer a paisagem conceitualmente como instrumento que o ajude a compreender o mundo em que vive” (CAVALCANTI, 2008, p.101).

As pesquisas realizadas sobre a paisagem e o ensino de Geografia apontam para essa necessidade da aproximação dos sujeitos como o espaço vivenciado. Tanto no ensino fundamental como no ensino médio, os pesquisadores sinalizam também para a necessidade de uma (re)avaliação dos conteúdos ensinados em cada série, pois os principais objetivos não devem ser a formação de geógrafos, e sim de cidadãos capazes de pensar seu espaço e suas relações, tendo como base o pensamento geográfico.

Essas recomendações tem sido resultado de estudos que abordam a temática da paisagem no ensino de Geografia. Um deles, estabelecendo uma discussão sobre o livro didático como única fonte de pesquisa por parte dos alunos e como o principal orientador das atividades realizadas em sala de aula, afirma o seguinte:

A paisagem é trabalhada apenas por imagens encontradas nos livros didáticos, não se considerando a riqueza paisagística existente ao redor da escola ou do bairro. Dessa forma, perde-se a oportunidade de se perceber a paisagem nos seus mais variados enfoques, promovidos pelos sentidos (a visão, o tato, o olfato, ou até mesmo o paladar). Em diversos momentos, o aluno influenciado pelo livro didático, apresentando uma longa descrição do quadro físico, sem nenhuma interação com o homem e nem mesmo com a sua realidade, enfocando as paisagens de outras regiões do planeta (MACIEL E MARINHO 2011, p. 68)

Dessa forma, deve-se reforçar a importância da formação do professor. O professor não pode perder sua essência investigativa para que não se torne apenas um reproduzidor dos conteúdos pré-estabelecidos nos materiais didáticos e definidos pelas instituições escolares. É importante também reforçar que a autonomia do professor deve ser garantida na escolha do seu material didático, na concepção de seu trabalho, nas etapas de planejamento, na abordagem dos conteúdos, bem como na sequência a ser seguida nessa abordagem, pois deve-se levar em conta a realidade de cada grupo de alunos, assim como das instituições escolares e respeitar as diversidades socioespaciais é fundamental para um ensino significativo e democrático.

Marinho e Maciel (2011) apontam também que o professor deve, mesmo com as dificuldades que conhecemos, buscar desmistificar os conceitos do livro didático e discuti-los com os alunos com o objetivo de promover uma ampliação dos horizontes a partir de seus conhecimentos acadêmicos para realmente fazer geografia nas escolas.

Buscando realizar uma reflexão sobre o conceito de paisagem a partir da abordagem de professores e livros didáticos do ensino médio, Freire (2018) utiliza como base para a sua análise a definição do conceito de paisagem nos livros didáticos e na visão dos professores entrevistados. O autor faz também um estudo a partir dos métodos adotados pelos professores para trabalhar o conceito de paisagem nessa etapa e, por fim, analisa como ocorre a abordagem da paisagem em sala de aula por esses professores.

Em suas considerações sobre o estudo realizado a pesquisadora aponta:

Com relação aos professores entrevistados, notou-se que os mesmos entendem a importância de trabalhar os conceitos geográficos no Ensino Médio, principalmente a paisagem, para o processo de ensino aprendizagem. Os professores ressaltaram a necessidade de trabalhar a paisagem a partir do conhecimento prévio do aluno, e, partindo do seu saber, apresentar o saber científico. Os educadores afirmaram que apesar das dificuldades encontradas na elaboração dos conteúdos geográficos, em especial o de paisagem, é necessário criar alternativas viáveis para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma significativa (FREIRE, 2018, p. 104).

Podemos observar que os professores reforçam a ideia da paisagem como mediadora de conteúdos e que o ensino a partir dessa categoria por meio dos conhecimentos prévios do aluno torna o processo de ensino mais próximo da realidade desses jovens escolares e, por sua vez, ocorre de maneira mais significativa.

Em sua pesquisa com o título Pires (2020) afirma que as linguagens imagéticas estão presentes no cotidiano escolar e têm sua importância atestada pela pedagogia nos processos de ensino. O autor aponta também uma preocupação em relação ao uso das linguagens como “salvadoras” do processo educativo com a finalidade de motivar os alunos.

Nesse sentido, o autor salienta que as diversas linguagens influenciam na atenção, memória, imaginação e emoção dos alunos mas não cabe a elas a motivação da aprendizagem, afirma que o recurso por si não determina a aprendizagem mas sim todo conjunto de mediações e significações dos conteúdos ensinados na Geografia escolar. Sobre essa questão, o autor faz o seguinte apontamento:

Usar os recursos visuais, simplesmente para contrapor-se as “aulas expositivas”, consideradas como tradicionais, ou para sustentar afirmações como: “os alunos participaram, engajaram-se nas atividades”, advindas de percepções apenas da mudança de comportamento momentâneo ao ter contato com esses recursos, não é mais suficiente como único resultado pedagógico esperado com as imagens. Sobretudo se o processo de ensino permanece da mesma forma, cuja função das imagens é apenas atestar a aula expositiva do professor, sendo que a avaliação da aprendizagem bem como das próprias metodologias não é realizada de forma reflexiva (PIRES, 2020, p. 240).

Pires e Cavalcanti (2020) destacam ainda que as linguagens são recursos potencializadores do processo de aprendizagem e propõem uma investigação sobre a linguagem imagética, discorrendo sobre algumas funções mentais superiores – percepção, imaginação e memória, apontando como essas funções mentais podem, por meio da mediação simbólica dos recursos visuais, contribuir para o desenvolvimento e a formação de conceitos.

Ao ensinar Geografia a partir da paisagem o professor estimula essas funções mentais nos alunos, promovendo assim uma aproximação dos sujeitos com o assunto estudado. Tomando como exemplo uma questão sobre as características climabotânicas do cerrado podemos iniciá-la trazendo imagens, vídeos e relatos de experiências espaciais que estimulem o aluno a buscar em sua memória os conhecimentos e situações vivenciadas que remetem a esse assunto, a percepção se dá na relação entre o olhar e o analisar. Ou seja, deve-se dispensar uma atenção estabelecendo conexões que por sua vez leva os jovens escolares a visualizarem de forma abstrata, por meio da imaginação, as situações propostas em sala.

Sobre o uso de imagens e a importância desse recurso para o ensino de geografia Pires e Cavalcanti afirmam:

As imagens são construções culturais que possibilitam representar visualmente aspectos e fenômenos do mundo, logo adentram ao campo do simbólico, da imaginação, do pensamento e da elaboração dos conceitos, por isso, são importantes instrumentos para a ciência, em especial a geográfica. Compreendemos que enquanto artefatos culturais (que foram produzidas pelo próprio sujeito ou por outros) as imagens participam dos processos cognitivos, obviamente não sendo os únicos recursos disponíveis e necessários na educação escolar, mas como signos interiores que podem potencializar a aprendizagem (PIRES; CAVALCANTI, 2020, p. 384).

Desta maneira, reafirma-se aqui a importância da linguagem imagética para o ensino de geografia, pois entende-se que se trata de um importante recurso de mediação, principalmente dos conteúdos que exigem maior abstração por parte dos alunos para que seja possível sua análise e formação de conceitos.

Tendo como objetivo responder às inquietações a respeito do processo de ensino e aprendizagem do conteúdo de paisagem, Pinheiro (2015) apresenta sua pesquisa intitulada: *Representação social de paisagem por alunos do ensino médio das escolas públicas de Teresina-PI*. O autor entende que os conceitos de paisagem formulados e reformulados pelos alunos devem ser investigados e analisados com o sentido de se obter um diagnóstico de sua aprendizagem o que poderá orientar o trabalho docente para o conteúdo de paisagem no ensino de geografia. Sobre o conceito de paisagem o

autor faz a seguinte afirmação:

A paisagem representa um componente importante no contexto da humanidade: é sua morada. Enquanto morada do homem é lugar composto por significações afetivas, apresenta um diálogo contínuo entre as muitas gerações de civilizações e sociedades que passaram e fizeram dela o seu lar. (PINHEIRO, 2015, p. 27)

O conteúdo referente à paisagem aparece em vários momentos no decorrer do ensino básico na disciplina de geografia. É um assunto abordado nos temas de geografia física, na qual a paisagem é analisada a partir da perspectiva marcante da natureza, outra abordagem também pode ser feita quando é ministrado o conteúdo de regionalização, pois são abordados, além dos aspectos naturais, as condições socioculturais do espaço, e, por fim, o conteúdo de urbanização traz a paisagem como um elemento dinâmico constituído por elementos naturais e culturais resultantes do acúmulo de processos distintos ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, Pinheiro (2015) afirma que, embora o estudo da paisagem pareça de fácil assimilação, pelo fato de ser um tema comum para a maior parte da população, grande parte dos alunos apresentam dificuldades em sua conceituação.

Os conceitos são ferramentas culturais que representam mentalmente um objeto, ele participa dos processos de explicação mental da realidade, portanto, concorre para a afirmação da compreensão real do espaço. (PINHEIRO, 2015, p. 16).

Ensinar o conceito é parte do processo de aprendizagem, porém, entende-se que o objetivo maior está em ensinar a pensar a partir dos conceitos, assim, acredita-se que o foco da Geografia escolar não está no ensino de paisagem, mas sim no ensino a partir desse conceito. Ou seja, a paisagem funciona como uma ferramenta intelectual capaz de mediar o conhecimento a partir de seus conteúdos, que, por sua vez, devem ser pensados de acordo com os sujeitos que estão envolvidos no processo de aprendizagem seguindo a lógica, conteúdo – sujeito – forma, no qual os conteúdos são os assuntos abordados pela disciplina no âmbito escolar, os sujeitos são os alunos e professores envolvidos no processo e a forma são as práticas docentes e suas respectivas técnicas e tecnologias que, por sua vez, permitem o processo de mediação didática no ensino.

Cavalcanti (2019) destaca que um grande desafio para o ensino de Geografia está em ensiná-la com significado para o aluno, afirmando nesse sentido que:

O reconhecimento do aluno como sujeito do processo tem resultado em avanços na compreensão das diversidades e diferenças a serem contempladas

nas práticas. Nessa direção, buscam-se conhecer os alunos, seus processos cognitivos, suas práticas cotidianas, seus valores, seus conhecimentos (CAVALCANTI, 2019, p. 57).

Reconhecer os estudantes enquanto sujeitos sociais resultantes de um histórico marcado pela diversidade social, econômica e cultural é fundamental para um processo de ensino e aprendizagem que seja relevante para os jovens escolares. Entender as diversas realidades e as diferentes trajetórias socioespaciais dos sujeitos é um trabalho que o professor deve se preocupar para que, assim, consiga aproximar-se do aluno e, por sua vez, consiga levar o conteúdo de forma que este sirva como um recurso intelectual capaz de formar conceitos e, sobretudo, proporcionar a formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel dentro da sociedade.

Considerações finais

A discussão teórica sobre o conceito de paisagem na geografia obedece a diferentes contextualizações perpetrados pelos paradigmas desta ciência. A compreensão sobre o papel da geografia escolar na construção do pensamento geográfico em jovens escolares é uma preocupação importante nesta proposta de investigação, que é parte das reflexões apresentadas neste artigo.

Para o ensino de geografia, a categoria paisagem refere-se a uma das primeiras aproximações dos jovens escolares com a construção de um pensamento geográfico que valoriza o conhecimento prévio e as vivências cotidianas no espaço urbano ou rural. A formação de conceitos científicos é possível a partir dos desdobramentos e compreensões elementares sobre o espaço e as demais categorias analíticas da ciência geográfica. Assim, é possível ampliar práticas de ensino de geografia empenhadas em superar as dificuldades que professores têm em mediar a construção de conhecimento e formação de conceitos junto aos jovens escolares, bem como a superação da dissociação entre saberes e conceitos científicos. O estudo da paisagem pode ser um ponto de partida para a compreensão do lugar, do espaço vivido e das transformações sociais engendradas no espaço geográfico.

Referências Bibliográficas

- BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Silveira Bueno**: mini dicionário da língua portuguesa. 3. ed. São Paulo. FTD 2001.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **RA'EGA**. Curitiba, nº 8, p. 141-152, 2004.
- BRITTO, Monique Cristine; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17890>. Acesso em 05 de março de 2021.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia**. Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. p. 83- 131.
- CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. A escola, a formação docente e o ensino das paisagens. In: PEREIRA, Marcelo Garrido (Compilador). **La opacidade del paisaje**: formas, imágenes y tempos educativos .A opacidade da paisagem: formas, imagens e tempo de ensino. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p.173-198.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2004, 192 p.
- _____. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- _____. O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. In: ASCENÇÃO, Valéria R. de O. [et al]. **Conhecimentos da geografia**: percursos de formação docente e práticas na educação básica. Belo Horizonte: IGC, 2017.
- _____. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2019.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Ed da UCG, 2007.
- CORREA, Roberto Lobato e ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123 p.
- FREIRE, Laurecy Rodrigues. **A paisagem no ensino de Geografia**: reflexões a partir da abordagem de professores e livros didáticos de ensino médio.2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2018.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 50-70.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. A paisagem no ensino da Geografia: breves reflexões para docentes do Ensino Fundamental II. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 5, n. 1-2, p. 61-71, 2011.
- MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

PINHEIRO, Igor de Araújo. **Representação social de paisagem por alunos do ensino médio das escolas públicas de Teresina (PI)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

PIRES, Mateus Marchesan. **Imagens e mediações simbólicas no ensino de Geografia**: a fotografia na aprendizagem da paisagem urbana. 2020. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PIRES, Mateus Marchesan; CAVALCANTI, Lana de Souza. A imagem e seus aportes ao desenvolvimento do pensamento e das funções mentais no ensino de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, n. 19, p. 381-402, 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/749>. Acesso em 05 de março de 2021.

PUNTEL, Geovani Aparecida. **Paisagem**: uma análise no ensino de Geografia. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

_____. A paisagem no ensino da geografia. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-298, jan./jun., 2007

RISSO, Luciene C. **Paisagens e cultura**: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, nº 23. pp. 67-76, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Milton. Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

Recebido em 07 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 10 de outubro de 2021.

